ATA DA 33ª REUNIÃO DO COMDEMA- CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE DE SOROCABA (COMDEMA)

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, Proteção e Bem-Estar Animal – SEMA, situada na Rua Santa Maria, nº 197, Vila Hortência, Sorocaba/SP, realizou-se a 33ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente – COMDEMA.1. Verificação de presença- Conselheiros presentes: Juliana Vieira Pinto (titular), representante da SEMA; Frederico Barbosa (tilular) representante da SERIM, Alexandre M. Silva (titular) representante da UNESP; Renan Angrizani (titular) representante da UNISO; Durval S. Barbosa (titular) representante da MAPA; Igor dos S. da Cunha (titular) representante da AEAS; Rodolfo S. Barbosa (titular), representante do SAAE, Milena Santos (suplente); Lucas Carrillo (suplente), representante da AGEM. Ouvintes: Gabriel C. Bitencourt, representante do NEMI; Cecília de Barros Aranha, representante do IAB, Clebson A. Ribeiro, Ana Lu G. D. Hungria, Sara Amorim, Bruno Angeli, Douglas Ribeiro, representante da SERPO, José Salles, representante da AGEM. Aberta a reunião, passou-se à apreciação dos seguintes assuntos: 1. APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES. Inicialmente, foram retomadas as discussões relacionadas à aprovação de ata de reunião extraordinária, realizada em nove de junho de dois mil e vinte e seis, cuja redação havia sido objeto de questionamentos e manifestações divergentes. A Secretaria Executiva esclareceu que a versão revisada da ata havia sido encaminhada previamente aos conselheiros, com a incorporação de informações obtidas por meio de registros de áudio e das manifestações apresentadas pelos participantes. Informou que, diante da complexidade das discussões realizadas naquela reunião, foi necessário proceder à transcrição de trechos das gravações disponíveis, com o objetivo de conferir maior fidelidade ao registro dos acontecimentos. Esclareceu, ainda, que as gravações utilizadas para subsidiar a elaboração das atas são realizadas eventualmente, por meio de aparelho celular particular, não havendo equipamento institucional disponibilizado especificamente para essa finalidade. Ressaltou que tais registros possuem caráter auxiliar, destinando-se a facilitar a recuperação da sequência dos assuntos discutidos, e que nem sempre abrangem a integralidade das reuniões. O

conselheiro Renan manifestou preocupação quanto à fidelidade do conteúdo registrado, apontando a existência de divergências entre versões anteriormente apresentadas e a redação atualizada da ata. Informou possuir registros audiovisuais da reunião, provenientes de diferentes fontes, cuja análise integral ainda não havia sido concluída, em razão do volume de arquivos e de compromissos profissionais. Durante a discussão, foi ressaltada a importância de que a ata constitua documento fiel aos acontecimentos, especialmente em relação às manifestações atribuídas aos participantes e às deliberações efetivamente realizadas. A Secretaria Executiva esclareceu que a versão encaminhada havia sido elaborada com base nos registros disponíveis, inclusive gravações de áudio, e que as alterações efetuadas buscaram conferir maior precisão ao conteúdo, sem a intenção de modificar o sentido das manifestações. Alguns conselheiros ponderaram que, diante da existência de registros audiovisuais adicionais, seria conveniente conceder prazo para a análise dos materiais e a indicação objetiva dos pontos considerados divergentes, evitando-se a aprovação de documento sobre o qual ainda subsistissem questionamentos. Também foi discutida a possibilidade de disponibilização dos registros audiovisuais para conferência das manifestações. Outros participantes esclareceram que as solicitações tinham por finalidade exclusivamente possibilitar a conferência das informações e contribuir para a elaboração de um documento consensual e fiel à reunião. Foi ressaltado que eventuais divergências deveriam ser apresentadas de maneira objetiva, com indicação dos trechos questionados e, sempre que possível, acompanhadas dos respectivos elementos de comprovação, a fim de permitir sua análise e eventual correção pela Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva esclareceu que os registros de áudio disponíveis poderiam ser utilizados para conferência dos trechos controvertidos, ressaltando a necessidade de compatibilizar as manifestações dos participantes com o conteúdo efetivamente registrado. Após as discussões, ficou acordada a concessão de prazo de quinze dias para que o conselheiro Renan procedesse à análise dos registros disponíveis e apresentasse os apontamentos relativos às eventuais divergências identificadas, para posterior apreciação e adequação da ata, se necessárias. Deliberou-se, ainda, pela realização de reunião extraordinária no dia 28 de outubro de 2026, às 14 horas, destinada à continuidade da apreciação da ata pendente. Na sequência, passou-se à apreciação

de outra ata, da 31ª. Reunião Ordinária, anteriormente encaminhada aos conselheiros. Após esclarecimentos e solicitação de correção pontual de identificação, foi registrada a concordância dos presentes quanto à sua aprovação. 2. APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA ADAPTACIDADES E DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA. Na sequência, a servidora Sara Amorim, representante da Secretaria do Meio Ambiente e ponto focal da iniciativa AdaptaCidades no Município de Sorocaba, realizou apresentação sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima.Inicialmente, relembrou que a adesão do Município à iniciativa havia sido apresentada ao Conselho em reunião realizada no mês de março de dois mil e vinte e seis, esclarecendo que o AdaptaCidades constitui iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, desenvolvida em parceria com os governos estaduais, destinada a oferecer apoio técnico e metodológico aos municípios para elaboração de seus planos de adaptação climática. Informou que, embora o Município tivesse formalizado sua adesão anteriormente, a publicação do respectivo termo ocorreu em sete de agosto deste ano, no Diário Oficial da União, sendo posteriormente providenciada sua publicação no Jornal do Município. Destacou que Sorocaba integra o grupo de dez municípios paulistas selecionados para participação na iniciativa, tendo sido classificada, conforme os critérios utilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, entre os municípios com maior vulnerabilidade climática do Estado de São Paulo. Esclareceu que a classificação considera diferentes fatores de exposição e vulnerabilidade, inclusive aspectos populacionais, uma vez que eventos climáticos extremos podem atingir expressivo contingente de pessoas em municípios de maior densidade demográfica. A apresentação abordou os fundamentos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.904/2024, que dispõe sobre diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima, destacando a necessidade de identificação de vulnerabilidades e incorporação da gestão dos riscos climáticos às políticas públicas setoriais, independentemente da existência de plano municipal específico. Foram apresentados os principais objetivos da iniciativa, compreendendo o fortalecimento da governança climática, a produção e sistematização de informações sobre riscos e vulnerabilidades, o desenvolvimento de capacidades institucionais, a integração entre os diferentes níveis de governo e o

aprimoramento das condições para acesso a fontes de financiamento climático. A expositora informou que o Município contará com mentoria técnica especializada, disponibilizada pelo programa, além de capacitações, orientações metodológicas e acesso a plataformas de informações. Nesse contexto, apresentou a trilha de capacitação disponibilizada pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, composta por seis cursos, com carga horária total de 61 horas, abordando fundamentos do planejamento climático, análise de dados espaciais, governança, identificação de riscos, medidas de adaptação, monitoramento e instrumentos de política pública. Ressaltou que os cursos são disponibilizados gratuitamente aos interessados, recomendando a participação dos conselheiros, considerando a relevância do tema para as atividades do COMDEMA. Também foram apresentadas as plataformas digitais de apoio à iniciativa, especialmente os ambientes destinados à disponibilização de informações, documentos, cronogramas, materiais de capacitação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos municípios participantes. Informou que Sorocaba já dispõe de espaço específico na plataforma utilizada pela iniciativa, que será progressivamente alimentado com informações relativas à elaboração do Plano Municipal, possibilitando transparência e acompanhamento pela sociedade. Os conselheiros foram convidados a realizar inscrição na comunidade virtual correspondente ao Município, a fim de receber informações e acompanhar as etapas do trabalho. 3. CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA. Prosseguindo, a representante da SEMA apresentou o cronograma previsto para elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, esclarecendo que o Município se encontrava na etapa final de estruturação da governança, com previsão de início das atividades de aplicação da denominada lente climática. Explicou que essa metodologia permitirá identificar os territórios e grupos populacionais mais vulneráveis, relacionando as características locais às principais ameaças climáticas, para subsidiar a análise de riscos e a definição de medidas de adaptação. Esclareceu que o cronograma contempla, entre outras atividades, a organização da governança, o levantamento e a análise dos riscos climáticos, a identificação e a priorização de medidas de adaptação, a definição das estratégias de implementação e financiamento, a construção de indicadores de monitoramento e

a elaboração do documento final. Destacou que o processo deverá ocorrer ao longo de 2026 e 2027, com previsão de conclusão das atividades de elaboração e posterior publicação do Plano. Ressaltou que o planejamento deverá considerar a realidade administrativa e orçamentária do Município, especialmente a necessidade de previsão de recursos, elaboração de projetos, estudos técnicos e realização dos procedimentos administrativos necessários à implementação das medidas propostas. Nesse sentido, esclareceu que o Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima não se confunde com plano de contingência ou instrumento de resposta emergencial a desastres, uma vez que possui natureza estratégica e preventiva, voltada ao planejamento de ações de médio e longo prazo. Salientou que sua finalidade consiste em orientar as políticas públicas municipais, estabelecendo prioridades e diretrizes para a incorporação dos riscos climáticos ao planejamento urbano, ambiental, territorial, social e econômico. Acrescentou que a elaboração do Plano não afasta a necessidade de cumprimento das políticas públicas e dos instrumentos de planejamento já existentes, devendo atuar de maneira complementar e integrada a eles. 4. PROPOSTA DE ESTRUTURA DE GOVERNANÇA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO. A representante da SEMA apresentou proposta preliminar de estrutura de governança para elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima. Esclareceu que o Município já havia instituído anteriormente estruturas relacionadas à política climática, por meio de atos administrativos publicados em 2019, cuja atuação foi interrompida em decorrência de circunstâncias posteriores, inclusive da pandemia. Informou que a retomada dos trabalhos exige reavaliação da estrutura originalmente prevista, considerando a necessidade de participação efetiva das diversas secretarias municipais e a natureza transversal das políticas de adaptação climática. Nesse contexto, propôs a constituição de um Grupo de Trabalho Local, coordenado pela SEMA, com representantes organizados em cinco eixos temáticos, além de um núcleo estratégico de suporte e de uma rede de pontos focais das secretarias municipais. Os eixos temáticos apresentados foram:I – Resiliência Territorial, Meio Ambiente e Habitação: destinado à integração das ações relacionadas ao planejamento territorial, à proteção ambiental, à ocupação urbana e às condições de habitação. II – Infraestrutura, Saneamento e Resposta Operacional: voltado à articulação das áreas responsáveis pela infraestrutura urbana, mobilidade,

saneamento, obras, segurança e defesa civil.

III – Proteção à Vida, Saúde e Assistência Social: destinado à integração das políticas de saúde, assistência social, proteção às populações vulneráveis e atendimento às pessoas afetadas por eventos climáticos. IV – Cultura de Prevenção, Educação e Engajamento: direcionado ao desenvolvimento de ações educativas, comunicação, mobilização social e fortalecimento da capacidade de resposta da população. V – Desenvolvimento Econômico e Trabalho: destinado à avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre as atividades econômicas, o emprego, as relações de trabalho e a proteção dos trabalhadores. Foi esclarecido que a proposta contempla, ainda, a participação de secretarias municipais com atribuições transversais, especialmente nas áreas de governo, assuntos jurídicos, comunicação, parcerias e articulação institucional. A expositora destacou que a estrutura proposta ainda depende de discussão com a Secretaria de Governo e demais órgãos envolvidos, bem como de posterior formalização por meio de ato normativo próprio. 5. PARTICIPAÇÃO DO COMDEMA E DA SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO DO PLANO. Na continuidade da apresentação, foi discutido o papel do COMDEMA no acompanhamento e no fortalecimento das ações relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima. A representante da SEMA ressaltou que, embora o Conselho possua atribuições relacionadas às políticas ambientais, a questão climática apresenta natureza transversal, exigindo a participação de diferentes conselhos municipais e segmentos da sociedade. Nesse sentido, foi apresentada a possibilidade de realização de encontro ampliado, com representantes dos diversos conselhos municipais, para apresentação da iniciativa AdaptaCidades e esclarecimento das formas de participação dos respectivos setores. Os conselheiros manifestaram entendimento favorável ao fortalecimento da articulação institucional e à divulgação das informações no âmbito das entidades que representam, considerando a necessidade de ampliar o conhecimento da sociedade sobre os riscos climáticos e as medidas de adaptação. Foi destacada a importância de que as instituições participantes possam identificar, dentro de suas respectivas áreas de atuação, ações concretas capazes de contribuir para a prevenção e a redução dos impactos das mudanças climáticas. Também foi sugerida a ampliação da divulgação do tema por meio de veículos de comunicação, projetos de educação ambiental,

entrevistas e produções audiovisuais, de modo a aproximar as informações técnicas da realidade cotidiana da população. Nesse contexto, foi mencionado o desenvolvimento de videocast voltado a temas socioambientais, tendo sido sugerida a participação de representante da iniciativa AdaptaCidades para divulgação das principais questões relacionadas aos riscos climáticos e às estratégias de adaptação. Outro ponto abordado foi a necessidade de inclusão dos trabalhadores expostos diretamente às condições climáticas, especialmente aqueles que exercem atividades externas, considerando os riscos associados às ondas de calor e a outros eventos extremos. Foi informado que o Ministério Público do Trabalho vem acompanhando a temática da adaptação climática, especialmente quanto à necessidade de proteção dos trabalhadores nos instrumentos de planejamento. Também foi destacada a importância da participação do setor rural, considerando a relação existente entre as atividades desenvolvidas no território rural e os impactos ambientais e climáticos observados no Município. Nesse sentido, foi sugerida a articulação com o Sindicato Rural, órgãos relacionados à agricultura, entidades representativas dos produtores e demais instituições atuantes no setor, visando à promoção de atividades educativas e à disseminação de boas práticas ambientais. Os conselheiros também mencionaram a possibilidade de estabelecer parcerias com a iniciativa privada, especialmente com empresas que desenvolvem programas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, a fim de ampliar as oportunidades de cooperação técnica e apoio às atividades previstas. Foi ressaltado, entretanto, que tais iniciativas deverão observar a capacidade operacional dos órgãos envolvidos e a disponibilidade de recursos, recomendando-se a adoção de estratégias coordenadas para evitar a dispersão de esforços. 6. PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO SOBRE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO ÂMBITO DO COMDEMA Durante as discussões, foi apresentada proposta de criação de um Grupo de Trabalho de Adaptação Climática no âmbito do COMDEMA, com a finalidade de acompanhar de maneira mais próxima o desenvolvimento da iniciativa AdaptaCidades e contribuir para a articulação das ações do Conselho. Foi esclarecido que o grupo poderia atuar durante o período de elaboração do Plano Municipal, promovendo discussões específicas, acompanhando as etapas do trabalho e apresentando sugestões de ações e formas de participação da sociedade civil. A proposta foi recebida

favoravelmente pelos conselheiros presentes, que destacaram a importância de estabelecer espaço específico para aprofundamento das discussões relacionadas ao tema. Também foi mencionada a possibilidade de participação de representantes das entidades integrantes do Conselho, bem como de colaboradores convidados, conforme as necessidades dos trabalhos. Foi ressaltado que as reuniões do grupo poderiam ocorrer de forma presencial ou virtual, buscando facilitar a participação dos interessados. Diante das manifestações, foi acolhida a proposta de constituição de Grupo de Trabalho voltado ao acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, ficando a definição de sua composição e dos procedimentos necessários à formalização sujeita à confirmação dos interessados e aos encaminhamentos administrativos pertinentes, tão logo ocorra a nomeação da nova gestão.7. REALIZAÇÃO DE WORKSHOP SOBRE SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA Na sequência, Clebson apresentou aos conselheiros a programação do workshop sobre Soluções Baseadas na Natureza, previsto para os dias 4 e 5 de novembro de 2026. Foi esclarecido que o evento está relacionado às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do projeto do Sistema de Parques Norte-Sul de Sorocaba, iniciativa que busca integrar soluções ambientais e urbanísticas ao planejamento territorial do Município. Informou-se que o referido grupo vem realizando reuniões periódicas, com a participação de servidores municipais de diferentes áreas, para discussão e desenvolvimento da proposta. Foi destacado que o workshop contará com a participação de representantes de instituições de ensino e pesquisa, profissionais especializados e servidores públicos, com apresentações sobre soluções baseadas na natureza, planejamento ambiental, drenagem urbana, adaptação climática e aspectos relacionados à viabilidade técnica e financeira das intervenções propostas. A programação contempla palestras e atividades práticas, incluindo visita técnica ao Jardim Botânico de Sorocaba, para apresentação de experiências e soluções ambientais implantadas no local. Foi informado que o segundo dia do evento contará com oficina destinada ao levantamento de contribuições para o fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo responsável pelo Sistema de Parques Norte-Sul. Os conselheiros foram convidados a participar do evento, cuja programação e orientações para inscrição seriam disponibilizadas pelos canais de comunicação do

Conselho. Durante as discussões, também foi sugerida a realização futura de atividade específica envolvendo universidades e instituições de pesquisa, com o objetivo de reunir e sistematizar estudos já produzidos sobre os riscos climáticos em Sorocaba, identificar lacunas de conhecimento e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Adaptação à Mudança do Clima. Foi considerada a possibilidade de realização dessa atividade no primeiro semestre de 2027, preferencialmente após o início do calendário acadêmico, para favorecer a participação das instituições de ensino. 8. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE EXEMPLAR ARBÓREO LOCALIZADO NA RUA MORENA CÉSAR. Em assuntos relacionados à proteção da arborização urbana, foi apresentada manifestação acerca da existência de exemplar arbóreo localizado em terreno situado na Rua Morena César, nas proximidades da Padaria Real. O conselheiro relatou que, após a demolição de edificação anteriormente existente no imóvel, permaneceu no local uma árvore considerada de interesse ambiental, cuja espécie não soube precisar, mas que, segundo seu conhecimento, poderia apresentar características de raridade no Município. Informou que, em ocasião anterior, havia solicitado providências relacionadas à proteção do exemplar, inclusive a avaliação da possibilidade de reconhecimento de imunidade de corte. Manifestou preocupação diante de informações sobre eventual implantação de empreendimento no imóvel, o que poderia resultar em solicitação de supressão da árvore. Após discussão, ficou acordado que a Secretaria Executiva encaminharia consulta ao setor competente da SEMA, com a finalidade de verificar a existência de pedidos de autorização para supressão, procedimentos de licenciamento ou outras informações administrativas relacionadas ao exemplar arbóreo mencionado. 9. INFORMAÇÕES SOBRE OS TRABALHOS DA CÂMARA TÉCNICA. Na sequência, foram apresentadas informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Câmara Técnica responsável pela análise de processos anteriormente submetidos à apreciação do Conselho. Foi esclarecido que os integrantes da Câmara, entre os quais foram mencionados Bruno (SEMA), Rodolfo (SAAE) e Mateus (ETEC Fernando Prestes), Na sequência, foram apresentados os resultados da reunião da Câmara Temática do COMDEMA, realizada em 7 de outubro de 2026, destinada à análise de processos administrativos submetidos à apreciação do Conselho, conforme segue:9.1. Processo SEI nº 3552205.404.00084185/2026-92 – Supressão Arbórea:

Trata-se de solicitação de supressão arbórea em imóvel localizado na Rua João Furtado, nº 230, Vivendas do Lago, de interesse de Munique Bittercourt Lopes Moreira. Após análise do despacho técnico da SEMA e esclarecimento dos questionamentos apresentados pelo representante do SAAE, a Câmara Temática manifestou-se favoravelmente à aprovação da solicitação, sem ressalvas. 9.2. Processo SEI nº 3552205.404.000102360/2025-50 – Supressão Arbórea: Refere-se à solicitação de supressão arbórea em imóvel localizado na Rua Amália Fernandes Rodrigues, Jardim Novo Bandeirante, de interesse de Washington Watanabe. Após análise do relatório técnico apresentado pela SEMA, a Câmara Temática não identificou impedimentos e manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da tramitação do processo. 9.3. Processo Aprova Digital nº 2023/29958-SRC-REQ – Construção/Legalização de Antena: Trata-se de solicitação apresentada pela empresa Brazil Tower – Cessão de Infraestruturas S.A., referente a empreendimento localizado na Rua Manoel Ferreira da Silva, Jardim Itália. Considerando os esclarecimentos técnicos prestados e a verificação da regularidade das áreas permeáveis pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Câmara Temática manifestou-se favoravelmente à aprovação da solicitação, sem ressalvas. 9.4. Processo Administrativo nº 2023/029.958-8 – Construção/Legalização de Antena: Refere-se à solicitação apresentada pela empresa SBA Torres Brasil Limitada, relativa a empreendimento localizado na Avenida Independência, nº 4.712, Éden. Durante a análise, foram levantados questionamentos sobre a localização do empreendimento e sua possível relação com a zona de amortecimento da Unidade de Conservação do Pirajibu. A Câmara Temática manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da solicitação, recomendando que, após a instituição do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, os autos sejam encaminhados para seu conhecimento e acompanhamento, sem que tal providência constitua condição para aprovação. Após a apresentação, foi informado que os processos permaneceram disponíveis para consulta dos conselheiros interessados, não tendo sido registradas solicitações adicionais de esclarecimentos. Diante da ausência de objeções, os presentes manifestaram concordância com os encaminhamentos apresentados pela Câmara Temática. 10. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO ELEITORAL DO COMDEMA – BIÊNIO 2026/2027. A Secretaria Executiva apresentou informações

sobre o andamento do processo eleitoral destinado à composição do COMDEMA para o biênio 2026/2027. Inicialmente, informou que a maior parte das indicações e providências necessárias à composição do novo Conselho havia sido concluída, inclusive com o recebimento de indicação da Polícia Militar Ambiental e de documentação de entidade sindical. Na sequência, comunicou a identificação de ocorrência administrativa relacionada à inscrição da Associação Comercial no processo eleitoral. Esclareceu que, durante o período de inscrições, foi admitido o encaminhamento de documentos por correio eletrônico, além da entrega presencial, visando facilitar a participação das entidades interessadas. Entretanto, em razão de dificuldades relacionadas ao recebimento e à distribuição interna das mensagens eletrônicas, verificou-se que determinada documentação encaminhada pela entidade havia sido recebida no endereço eletrônico institucional, mas não disponibilizada à Secretaria Executiva para análise no momento oportuno. Em consequência, a Comissão Eleitoral concluiu etapa do procedimento sem apreciar a documentação da referida entidade. Após a identificação da ocorrência, foi realizada análise conjunta com integrantes da Comissão Eleitoral, buscando definir as providências necessárias à regularização do procedimento, com observância dos princípios da legalidade, publicidade, transparência e garantia do direito de recurso. Foi informado que a solução proposta consiste na adoção de providências de saneamento administrativo, com reconhecimento do recebimento tempestivo da documentação, análise de seu conteúdo e publicação de decisão específica. Durante a análise, verificou-se que a entidade havia indicado representantes que, em princípio, estariam alcançados pela limitação de participação por dois biênios consecutivos, circunstância que poderia impedir sua habilitação. Foi esclarecido que a Comissão Eleitoral deverá formalizar a decisão correspondente e assegurar à entidade o prazo recursal previsto no edital. Na hipótese de apresentação de recurso, caberá à Comissão proceder à análise das alegações e da possibilidade de eventual regularização das indicações, considerando as disposições editalícias aplicáveis. Também foi explicado que, caso a entidade venha a ser habilitada após a análise administrativa, poderá ser necessária a realização de procedimento de escolha entre as entidades concorrentes à vaga disponível no respectivo segmento, conforme as regras estabelecidas no edital. A Secretaria Executiva ressaltou que as providências buscam assegurar a regularidade

do processo eleitoral e preservar os direitos das entidades participantes, sem prejuízo dos atos regularmente praticados. Os conselheiros tomaram ciência das informações prestadas, ficando registrado que os encaminhamentos administrativos e eventuais decisões sobre habilitação e recursos são de competência da Comissão Eleitoral. 11. INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DO COMDEMA PARA O CONSELHO DO PARQUE DA BIODIVERSIDADE: Na continuidade, foi abordada a necessidade de indicação de representantes do COMDEMA para participação no Conselho do Parque da Biodiversidade. Foi informado que a composição daquele colegiado se encontrava em fase de conclusão, restando a definição dos representantes vinculados ao COMDEMA. Esclareceu-se que, para assegurar a continuidade da representação institucional, seria conveniente que os indicados integrassem a composição atual do COMDEMA e tivessem perspectiva de permanência no colegiado no biênio subsequente. Foram escolhidos: Durval (MAPA), como titular e Milena (OAB), como suplente. 12. ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO Nos assuntos gerais, foram abordadas questões relacionadas à organização e ao funcionamento dos conselhos municipais, especialmente quanto à necessidade de compatibilização de mandatos, indicações de representantes e procedimentos administrativos de nomeação. Também foram mencionadas dificuldades operacionais relativas à elaboração das atas e ao registro das reuniões, tendo sido discutida a possibilidade de utilização de ferramentas tecnológicas que contribuam para a transcrição e sistematização das manifestações. Foi ressaltado que tais instrumentos poderão auxiliar o trabalho da Secretaria Executiva, permanecendo necessária a conferência das informações e a observância dos procedimentos institucionais para aprovação dos documentos. Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 16h30, ficando os encaminhamentos registrados para acompanhamento pela Secretaria Executiva e pelas unidades responsáveis. Para constar, eu, _____, Juliana Vieira Pinto, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente – COMDEMA, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada na forma regimental. De acordo: